



MINAS GERAIS

VENDA AVULSA: CADERNO I: R\$1,00 • CADERNO II: R\$1,00



CIRCULA EM TODOS OS MUNICÍPIOS E DISTRITOS DO ESTADO

ANO 123 – Nº 104 – 92 PÁGINAS

BELO HORIZONTE, QUARTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 2015

CADERNO 1 – DIÁRIO DO EXECUTIVO

SUMÁRIO

DIÁRIO DO EXECUTIVO	1
Governador do Estado.....	1
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.....	5
Secretaria de Estado de Fazenda.....	11
Secretaria de Estado de Defesa Social.....	27
Secretaria de Estado de Saúde.....	29
Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social.....	31
Secretaria de Estado de Educação.....	32
Secretaria de Estado de Cultura.....	38
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.....	38
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.....	39
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.....	40
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana.....	40
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	40
Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.....	40
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.....	41
Advocacia-Geral do Estado.....	41
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.....	42
Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.....	42
Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.....	70
Controladoria-Geral do Estado.....	70
Secretaria-Geral da Governadoria.....	71
Editais e Avisos.....	71

II - microterritório: a subdivisão dos territórios, em pequenos espaços geográficos, formado por municípios, no interior das quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

§ 3º Os Fóruns Regionais de Governo terão caráter consultivo e propositivo.

Art. 2º São diretrizes gerais dos Fóruns Regionais de Governo:

I - viabilizar a participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia;

II - reconhecer a participação social como impulsionadora da inclusão social, da promoção, da solidariedade e do respeito à diversidade, da cooperação, da construção de valores de cidadania e meio de contribuição para a construção e legitimação das políticas públicas e sua gestão;

III - garantir o direito à informação, à transparência nas ações públicas e das informações da administração estadual, com uso de linguagem simples e objetiva;

IV - assegurar a autonomia, livre funcionamento e independência das organizações da sociedade civil;

V - ampliar os mecanismos de controle social.

Art. 3º São objetivos dos Fóruns Regionais de Governo:

I - promover a participação da sociedade em todos os territórios de desenvolvimento;

II - legitimar nos instrumentos de planejamento as Agendas Públicas Territoriais institucionais;

III - construir e formalizar instâncias de participação nos territórios de desenvolvimento;

IV - contribuir para a promoção da transparência na atuação do poder público;

V - discutir as prioridades de políticas públicas da administração pública direta e indireta do Estado e demais esferas de governo, a partir dos instrumentos de planejamento e orçamento;

VI - estimular a democracia participativa, difundindo o modelo regionalizado e propondo aprimoramento nos mecanismos de participação popular.

§ 1º Os Fóruns Regionais de Governo atuarão como instâncias de articulação regional da ação administrativa, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º A participação do Poder Executivo nas audiências públicas regionais de que tratam os §§ 5º e 6º do art. 157 da Constituição do Estado poderá ocorrer por meio dos Fóruns Regionais de Governo.

Art. 4º Compete aos Fóruns Regionais de Governo:

I - debater, apresentar propostas e prioridades territoriais ao Governo do Estado nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento;

II - garantir a territorialização do planejamento governamental;

III - propor e utilizar metodologias de participação no processo de diagnóstico da realidade social, envolvendo a sociedade nas discussões territoriais;

IV - monitorar e avaliar, de forma participativa e transparente, as políticas e programas de desenvolvimento territorial;

V - propor ações para o fortalecimento das ações do Estado nos municípios e territórios de desenvolvimento;

VI - coordenar os esforços do governo para implantação dos territórios de desenvolvimento, devendo incentivar o envolvimento da sociedade civil na elaboração, controle e monitoramento das políticas de planejamento e desenvolvimento do Estado;

VII - exercer outras atividades correlatas.

CAPÍTULO II

DA COORDENAÇÃO, FUNCIONAMENTO E INSTALAÇÃO DOS FÓRUNS REGIONAIS DE GOVERNO

Art. 5º A SEGOV, SEPLAG e SEDPAC exercerão a coordenação executiva dos Fóruns Regionais de Governo, responsável por prestar o apoio técnico a todas as etapas de funcionamento dos Fóruns.

§ 1º A SEGOV presidirá a coordenação executiva de que trata o caput, com o apoio institucional de todos os demais órgãos da administração direta e indireta, quando requisitados.

§ 2º A SEGOV fornecerá o apoio logístico e operacional para a realização dos Fóruns Regionais de Governo.

Art. 6º Os Fóruns Regionais de Governo serão estruturados envolvendo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais de expressão territorial, Prefeitos, Vereadores, entidades empresariais e sindicais, representantes de organizações da sociedade civil de expressão territorial e de representações do Poder Legislativo Estadual e Federal.

§ 1º A instalação dos Fóruns Regionais de Governo ocorrerá na primeira reunião a ser realizada em cada um dos respectivos territórios de desenvolvimento.

§ 2º O funcionamento, estrutura organizacional e participação nos Fóruns Regionais de Governo serão regulamentados por Resolução Conjunta da SEGOV, SEPLAG e SEDPAC.

Art. 7º O Colegiado dos Fóruns Regionais de Governo, de caráter diretivo e executivo, terá representantes governamentais e não governamentais.

§ 1º A representação governamental será composta da seguinte forma:

I - dezesseis representantes do Poder Executivo Estadual, sendo:

a) um representante da Secretaria de Estado de Governo – SEGOV;

b) um representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG;

c) um representante da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC;

d) um representante da Secretaria de Estado de Saúde – SES;

e) um representante da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE;

f) um representante da Secretaria de Estado de Educação – SEE;

g) um representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;

h) um representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD;

i) um representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU;

j) um representante da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP;

k) um representante da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG;

l) um representante da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG;

m) um representante do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG;

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Governo do Estado

Governador: Fernando Pimentel

Leis e Decretos

DECRETO Nº 46.774, DE 9 DE JUNHO DE 2015.

Institui os Fóruns Regionais de Governo e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto nos arts. 41 e 157, ambos da Constituição do Estado, e na Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO DOS FÓRUNS REGIONAIS DE GOVERNO

Art. 1º Ficam instituídos os Fóruns Regionais de Governo em todos os territórios de desenvolvimento, com o objetivo de fortalecer e articular as representações territoriais e a atuação conjunta entre a administração pública estadual e a sociedade civil na formulação, na execução, no monitoramento, na avaliação de programas e políticas públicas e no aprimoramento e democratização da gestão pública.

§ 1º Cada Fórum Regional de Governo escolherá seus representantes nos respectivos territórios de desenvolvimento, conforme Resolução Conjunta da Secretaria de Estado de Governo – SEGOV –, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG – e Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC.

§ 2º Para efeitos deste Decreto entende-se por:

I - território de desenvolvimento: espaço de desenvolvimento econômico e social, formado por municípios, no interior das quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS



IMPrensa OFICIAL
MINAS GERAIS

CIDADANIA

Uma gota de água no oceano não faz diferença. Mas na sua vida, sim.

ECONOMIZE